

## Estudo Técnico Preliminar nº. 002/2024

FICHA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO		
Secretaria:	Governo	
UGB	Recursos Humanos	
Responsável pela Demanda	Jessica Cavina Dias Saqueto	Cód. Funcional 315
Objeto da aquisição/contratação (Conforme PCA)	Sim 317 - Empresa para Serviços Técnicos e Profissionais Diversos.	
Responsável pela elaboração	Jessica Cavina Dias Saqueto	Cód: Funcional 315

### 1. INTRODUÇÃO

De acordo com a previsão contida no inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, o Estudo Técnico Preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

A equipe de elaboração foi designada pelo Decreto nº. 3030/2024, de 15 de Março de 2024.

### 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Norma Regulamentadora 1 do Ministério do Trabalho informa a obrigatoriedade do atendimento das NR's pelas organizações e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

A Prefeitura Municipal de Tarumã conta com aproximadamente 700 servidores públicos, dentre eles servidores estatutários e CLT. Para que a prestação de serviços à comunidade possa ser efetivada com a devida qualidade, é necessário que seja ofertado para todos os servidores, independente do vínculo empregatício, o direito social à saúde, como disposto no Art. 6º da Constituição Federal.

Sendo assim, com a finalidade de instruir processos de concessão e manutenção de benefícios previdenciários, manifestar sobre laudos em processo administrativo disciplinar, conforme legislação vigente, realizar prestação de serviços em Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional (PCMSO – NR 7), Avaliação de Clínica e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), assistência técnica em reclamações trabalhistas e cíveis e realização de exames médicos de saúde ocupacionais para os servidores justifica-se a necessidade de contratação de serviço especializado na área de medicina do trabalho, saúde ocupacional, que tratam da segurança e saúde dos servidores no local de trabalho, garantindo assim o fiel cumprimento dos direitos e deveres dos servidores e da empresa, por intermédio de soluções adequadas para cada caso, minimizando custos e riscos na área trabalhista.

### 3. ÁREA REQUISITANTE:

Área requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Governo de Tarumã Recursos Humanos	Jessica Cavina Dias Saqueto

#### 4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**Alinhamento com o Plano de Contratações Anual: 317 - Empresa para Serviços Técnicos e Profissionais Diversos.**

**Link do item no PCA: <https://pnpc.gov.br/app/pca/64614449000122/2024/7>**

**Alinhamento com o Orçamento Base Zero: linha 127 - Item 098.10.00067 - EMPRESA PARA SERVIÇOS TÉCNICOS E PROFISSIONAIS DIVERSOS**

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Com base nas experiências anteriores do município de solução semelhante que obtiveram sucesso na sua execução, entendem-se como requisitos necessários:

Empresa com médico membro de equipe de perícia médica, com a finalidade de instruir processos de concessão e manutenção de benefícios previdenciários, manifestar sobre laudos em processo administrativo disciplinar, conforme legislação vigente, realizar prestação de serviços em Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional (PCMSO – NR 7), Avaliação de Clínica e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), assistência técnica em reclamações trabalhistas e cíveis e realização de exames médicos de saúde ocupacionais para os servidores.

1- Os atendimentos de perícia médica previdenciária compreendem a Perícia Médica, a Emissão de Pareceres Especializados, Exames Complementares e a formação de Junta Médica.

2- Emissão de laudo pericial, após avaliação minuciosa do servidor, constatando sua situação de saúde, restrições para o trabalho e determinação precisa do período de afastamento. O laudo deverá indicar ainda, a data de retorno ao trabalho, a eventual necessidade de readaptação, ou a indicação para aposentadoria por invalidez se for o caso. Na hipótese de restrições ou readaptação ao trabalho no médico deverá indicar as atividades passíveis de desempenho pelo servidor.

3- Realizar perícia médica presencial em todos os casos de licença, inclusive as não médicas, quando por exemplo o servidor se ausentar para cuidar de interesses particulares.

4- Avaliar o servidor no prazo máximo de 04 (quatro) dias após a data da solicitação;

5- Esclarecer eventuais dúvidas sobre o laudo exarado, caso seja solicitado;

6- O Laudo Pericial deverá ser encaminhado à Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do atendimento ao servidor avaliado;

7- Apresentar, até o 3º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, relatório das perícias médicas realizadas no mês antecedente para fins de pagamento;

8- Para a realização de rotinas do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, previsto na NR-7.1.1, deverá ser elaborado pelo Médico do Trabalho, responsável técnico da contratada ou por Médico do Trabalho legalmente contratado pela empresa vencedora, planejamento em que estejam previstas ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual. O relatório anual deverá discriminar os dados e ocorrências com estudos estatísticos, prescrições (conforme os riscos funcionais verificados), o número e a natureza dos exames médicos, incluindo avaliações clínicas e exames complementares e a natureza dos exames médicos, incluindo avaliações clínicas e exames complementares.

9- Os atendimentos presenciais compreendem a realização obrigatória dos exames médicos para atender os servidores que vierem a ser admitidos no decorrer da execução do contrato: a) Admissional; b) Periódico; c) Retorno ao trabalho; d) Demissional.

10- Os exames médicos compreendem:

10.1- avaliação clínica, abrangendo exame ocupacional, exame físico, mental, acuidade visual, hemograma anual realizado somente pelos ajudantes gerais e ajudante de serviços que tem contato permanente com agentes biológicos e químicos; audiometria, glicemia, eletrocardiograma e eletro encefalograma (os dois últimos realizados somente pelos oficiais de conservação e ajudante geral que faz poda das árvores);

10.2- exames complementares, realizados de acordo com os termos especificados na NR – 7.

11- Ainda, deverão ser observadas as seguintes normas: NR 15 (Atividades e operações Insalubres), NR 16 (Atividades e Operações Perigosas), NR 17 (Ergonomia – Iluminação de Interiores) e Decreto nº 93.412/86 (Condições de Periculosidade).

12- Os serviços serão prestados no Complexo de Saúde, sito Avenida Pau Brasil, nº 300, Vila das Árvores, neste município de Tarumã, Estado de São Paulo;

13- Os Serviços da Medicina do Trabalho serão prestados presencialmente semanalmente, às segundas, quartas e quintas-feiras, das 16h às 20h por profissional com experiência e títulos de qualificação, de acordo com o cronograma expedido, e o agendamento das perícias sejam realizadas após às 17h.

14- Fornecer os serviços necessários e executá-los de acordo com as especificações técnicas constante do memorial descritivo e proposta, bem como demais condições contratualmente avençadas, e ainda as constantes do edital de licitação;

15- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16- Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais e tributárias decorrentes da execução do presente contrato;

17- Manter preposto na coordenação e responsabilidade técnica dos serviços, objeto do presente Edital.

18- Providenciar no prazo de 05 (cinco) dias a correção de deficiências e / ou irregularidades apontadas pela Contratante;

19- Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e / ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO

Com base nas experiências anteriores do município, há necessidade de contratação de uma empresa que tenha a disponibilidade para cumprimento dos itens previstos no tópico 5 deste instrumental, contando com a quantidade média de 170 atendimentos por mês, de janeiro a dezembro.

Item	Descrição	Unid	Qtde
01	Serviços em medicina do trabalho, saúde ocupacional, segurança no trabalho e perícia médica	Mês	12

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram realizadas pesquisas de mercado com empresa e/ou instituição sem fins lucrativos, pelo Portal Nacional de Contratações Públicas, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Órgão	Objeto	Modalidade	Data
MUNICÍPIO DE CAMPINAS	A Presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL, para a realização de exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de riscos ocupacionais e de perícia médica que consiste na realização de inspeção médica (consulta) para fins periciais e exames complementares, previstos do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, no Município de Campinas/SP	Pregão - Eletrônico	22/04/2024
MUNICÍPIO DE CAMPINAS	A Presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL.	Pregão - Eletrônico	25/03/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS	Contratação de empresa especializada em medicina do trabalho, destinado as ações do Setor Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)	Pregão - Eletrônico	03/10/2023

## 8. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base nas experiências anteriores do município:

Item	Descrição	Unid	Qtde	Valor
01	Serviços em medicina do trabalho, saúde ocupacional, segurança no trabalho e perícia médica	Mês	12	R\$ 10.590,00

## 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A empresa contratada deve atender todos os requisitos escritos no item 5º e 6º deste edital.

A modalidade da licitação é PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

Caso haja interesse de ambas as partes, o contrato pode ser prorrogado por até 60 meses.

## 10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Devido a ser apenas uma única instituição para se ter relação, a equipe de planejamento não observa a necessidade de parcelamento da contratação.

#### **11. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Para a solução busca-se ter o atendimento às necessidades obrigatórias de continuidade aos serviços que visam atender e assessorar as demandas da Unidade Gerencial Básica Recursos Humanos na área da Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional dos servidores públicos do Município de Tarumã/SP, a fim de que a prestação de serviços à comunidade possa ser efetivada com a devida qualidade.

#### **12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÕES PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO NO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

A equipe de planejamento não identificou nenhuma necessidade de adequação para possibilitar a contratação da empresa especializada em Serviços em medicina do trabalho, saúde ocupacional, segurança no trabalho e perícia médica.

#### **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

No caso em apreço, não se vislumbram contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução ser contratada e o serviço ser plenamente prestado.

#### **14. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

Devido as características da solução e a sua forma de utilização, a equipe de planejamento não realizou análise dos impactos e as suas respectivas mitigações.

#### **15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.**

Diante de todo o estudo analisado, a equipe avaliou a necessidade da contratação dos serviços relacionados.

Tarumã, 02 de julho de 2024.

**Jessica Cavina Dias Saqueto**  
**Diretor de Política de Pessoal**  
**Membro do Comitê Gestor da Contratação**